

# *Superior Tribunal de Justiça*

**EDcl no AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 927.066 - SP  
(2016/0140273-6)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**EMBARGANTE : COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM**  
**ADVOGADOS : PAULO SAMUEL DOS SANTOS - SP097013**  
**LUCIANA PINHEIRO GONÇALVES E OUTRO(S) - SP134498**  
**EMBARGADO : MIRIAM MASAKO KANASHIRO**  
**ADVOGADO : JULIANA REIKO II ANDAKU - SP151454**

## **DECISÃO**

Cuida-se de embargos declaratórios opostos em face da decisão de fls. 521/524 e-STJ, que deu provimento ao recurso especial da autora, nos seguintes termos:

Trata-se de agravo contra o juízo de admissibilidade que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

Ação de indenização por danos materiais, morais e estéticos - Insurgência da autora - Possibilidade de cumulação dos danos morais e estéticos - Súmula 287 do Superior Tribunal de Justiça - Configuração dos danos morais, com o comprometimento da função mastigatória, e estéticos, com a cicatriz permanente na face da autora - Indenização por danos morais e estéticos arbitrados em atenção ao princípio da razoabilidade - Recurso provido.

Ação de indenização por danos materiais, morais e estéticos - Insurgência da ré - Preliminar de cerceamento de defesa - Não configuração - Julgamento antecipado da lide se deu de forma acertada - Ao juiz, na condição de destinatário final das provas, cabe indeferir medidas inúteis e meramente protelatórias - Provas documental e pericial suficientes para a resolução da controvérsia - Preliminar afastada - Contrato de transporte de pessoas - Lesão na face da autora decorrente de pedra atirada contra o trem por terceiro desconhecido - Responsabilidade objetiva do transportador - Cláusula de incolumidade - Aplicação dos artigos 734 do Código Civil, 6º, inciso V, do Código de Defesa do Consumidor e 37, § 6º, da Constituição Federal - Alegação de excludente de responsabilidade por fato de terceiros e por culpa exclusiva da vítima - Fortuito interno - Dever de segurança - Danos

# *Superior Tribunal de Justiça*

materiais configurados - Demonstrados os gastos com o tratamento - Danos morais in re ipsa - Valor da indenização mantido - Atendimento aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade - Honorários de sucumbência - Manutenção - Observados os critérios do artigo 20, 6º, do Código de Processo Civil - Recurso não provido.

Dá-se provimento ao recurso da autora e Nega-se provimento ao recurso da ré. (e-STJ fl. 374).

Alegou a recorrente violação dos artigos 17, I, do Decreto 2.681/12 e 14, § 3º, II, do Código de Defesa do Consumidor, além de dissídio jurisprudencial. Sustentou que pedradas arremessadas por terceiros que se encontravam fora da composição configura caso fortuito externo, equiparado a fato de terceiro.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que o arremesso de objeto, de fora para dentro do veículo, não guarda conexidade com a atividade normal do transportador, constituindo fato de terceiro, circunstância que exclui a responsabilidade do transportador pelo dano causado ao passageiro. Tal entendimento foi confirmado pela Segunda Seção desta Corte, no seguinte julgado:

(...)

A alegação de que a pedra foi arremessada de dentro de uma estação inativa da própria transportadora (a qual deveria guardá-la corretamente, mantendo-a livre de coisas e pessoas) tema que consta expressamente da petição inicial, deve ser examinado pela Corte de origem, pois, em tese, serviria como premissa fática que atesta a negligência da parte recorrente. Assim, os autos devem retornar para o Tribunal revisor, para que este se pronuncie expressamente acerca do fato alegado pela autora.

Em face do exposto, conheço do agravo e dou parcial provimento ao recurso especial, nos termos acima.

A embargante sustenta, em resumo, que "existe omissão na r. decisão monocrática de fls. 521/524, ora embargada, pois, senão existe prova cabal nos autos da alegação da autora de que a pedra que lhe atingiu teria sido arremessada de dentro de uma estação inativa da própria transportadora, não só o v. acórdão do Tribunal 'a quo' deve ser anulado, mas também a r. sentença de primeiro grau, a fim de que os autos retornem à Vara de Origem para abertura de regular instrução processual" (fl. 527 e-STJ).

A decisão embargada, todavia, não padece de omissão alguma. Como

# *Superior Tribunal de Justiça*

exposto acima, o argumento segundo o qual a pedra que acertou a autora, causando lesão, foi atirada de estação inativa, que deveria ser guardada pela embargante, é relevante para o julgamento da lide. As medidas necessárias para apurar tal fato serão determinadas pelo juízo de origem. O inconformismo da parte é com o resultado da decisão, e não com suposta omissão no provimento jurisdicional.

Em face do exposto, rejeito os embargos declaratórios.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI  
Relatora

